

Plínio Salgado e a reinterpretação da doutrina integralista no contexto da derrota nazifascista

Plínio Salgado and the Reinterpretation of the Integralist Doctrine in the Context of the Nazi-fascist Defeat

Gilberto Calil*

Resumo

Este artigo avalia os esforços empreendidos por Plínio Salgado para adequar o movimento integralista ao novo contexto político estabelecido pela derrota internacional do nazifascismo, com destaque para a reinterpretação sobre a trajetória política da Ação Integralista Brasileira e a reformulação da doutrina integralista, visando apresentá-la como “democrática” e “antitotalitária”, nos termos de um peculiar “conceito cristão de democracia”.

Palavras-Chave

Integralismo. Plínio Salgado. Conceito Cristão de Democracia.

Abstract

This article evaluates the efforts undertaken by Plínio Salgado to adapt the *integralista* movement to the new political context established by the international defeat of Nazi-fascism. Emphasis is on the reinterpretation of the political trajectory of the Brazilian Integralist Action, and the reformulation of Integralist doctrine in order to present it as “democratic” and “anti-totalitarian,” in terms of a peculiar “Christian concept of democracy.”

Keywords

Integralism. Plínio Salgado. Christian Concept of Democracy.

* Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pós-Doutor na Universidade do Porto, sob a supervisão do Prof. Dr. Manuel Loff. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES). gilbertocalil@uol.com.br.

Apresentação

Plínio Salgado foi forçado a sair do Brasil em maio de 1939, no contexto do processo instaurado a partir da fracassada Intentona Integralista de Maio de 1938. Chegou em Lisboa em julho daquele ano, na autoproclamada condição de exilado, e permaneceu em Portugal até setembro de 1946. Os acontecimentos internacionais deste período colocaram-se como incontornáveis condicionantes de sua ação política, em especial a partir de meados de 1943, quando começava se definir como inevitável a derrota nazifascista. Para um movimento de características claramente fascistas como o integralismo brasileiro, isto representava um sério entrave, ensejando reações diversas. O objetivo deste artigo é discutir o percurso seguido por seu “Chefe Nacional” Plínio Salgado, visando superar a associação entre o integralismo brasileiro e o nazifascismo, através da qualificação do integralismo como um movimento “democrático” e “antitotalitário”.

Plínio Salgado em Portugal

Os primeiros três anos de Salgado no exílio foram marcados por uma intensa expectativa de efetivação de um acordo com Vargas, que tornaria possível o retorno de Salgado e a participação dos integralistas no governo. Esta possibilidade foi sistematicamente perseguida por Salgado, como revelam inúmeras correspondências com lideranças integralistas no Brasil, em particular seu genro Loureiro Júnior, Raymundo Padilha (nomeado “representante do Chefe Nacional”) e Gustavo Barroso (que recebeu uma carta-credencial para negociar com o regime varguista, do qual ele próprio fazia parte, na condição de Diretor do Museu Histórico Nacional). A despeito de inúmeros encontros, estas tentativas foram frustradas, o que tornou-se irreversível com o ingresso do Brasil na II Guerra Mundial.¹

A documentação disponível, constituída basicamente pela sua correspondência particular, indica pouca atividade social entre 1939 e 1942, período marcado por vários problemas de saúde e inúmeras viagens para o interior de Portugal, atendendo recomendações médicas. Além disto, neste período Salgado não publicou nenhuma obra nem participou de qualquer atividade pública em Portugal. A partir de 1942, no entanto, suas relações sociais se intensificariam e diversas obras seriam lançadas. Naquele ano, escreveu à sua filha informando suas inúmeras atividades:

¹ Ver a respeito CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus, Revista de História, Juiz de Fora*, EdUFJF, v. 16, n. 1, 2010, p. 65-86.

“Minha correspondência é enormíssima; o número de pessoas que ultimamente me procura vai crescendo; os convites para isto, para aquilo, multiplicam-se; enfim, as minhas relações já são demasiado grandes e isto me esfalta”.² Embora na condição de “exilado”, Salgado mantinha secretário particular e reafirmava sua posição hierárquica e sua condição de “Chefe”, através do protocolo imposto aos seus visitantes, exigindo ser tratado como se fosse uma espécie de chefe de Estado:

É preciso de uma vez por todas que eu lhe diga que estou disposto a não sacrificar de forma alguma os meus princípios de hierarquia, de prestígio pessoal, de autoridade, tendo sempre em vista o que signifique para um milhão de brasileiros e o respeito que por conseguinte devemos exigir de todos aqueles a quem eu honrar com minha amizade. Não podemos de forma alguma permitir que a minha pessoa se torne um objeto de fácil aquisição, de barato encontro, sem as formalidades e o cerimonial que devem antecipar sempre a qualquer aproximação com esta Chefia. Por conseguinte, faça abaixar a voz e os desejos a quem quer que seja demonstrando claramente que se permito amizade, não tolero intimidade e que nenhuma visita receberei sem que antes de mais nada o meu Secretário, que merece minha mais perfeita confiança, tome nota do assunto que serve de objeto da solicitação da referida visita. Assim, a qualquer pessoa que deseje ver-me – jornalista, escritor, homem de sociedade, político, etc. – V. dirá que virá consultar-me, desde que a V. seja antecedido o móvel da desejada visita com todos os seus detalhes. Dito isto, quero que V. agora, com a alta linha, diplomacia e energia de um verdadeiro secretário de estado [sic], dê as providências que julgar adequadas.³

Entre 1942 e 1946, Salgado proferiu inúmeras conferências relativas a temas espiritualistas, e publicou dez livros, em sua maioria produzidos a partir das conferências: *Vida de Jesus* (1942); *A aliança do sim e do não* (1943); *O conceito cristão de democracia* (1945); *O mistério da ceia* (1945); *A mulher do século XX* (1946); *A imagem daquela noite* (1946); *O rei dos reis* (1946); *A tua Cruz senhor* (1946); *Madrugada do espírito* (1946); e *Primeiro Cristo* (1946). Tais conferências e publicações, longe de expressar exclusivamente preocupações religiosas, respondiam a uma estratégia bastante clara, principalmente a partir de meados de 1943, quando a derrota do nazifascismo já se delineava: apresentar-se como líder espiritualista e cristão, com sólidos vínculos com a hierarquia católica e uma vasta obra religiosa publicada. O primeiro livro publicado dentre eles, *Vida de Jesus*, tem uma importância particular, pela sua enorme pretensão e pela expressiva repercussão que teve, tanto no Brasil como, especialmente, em Portugal. A obra de mais de 1.000 páginas era

² Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 14.4.1942 (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-Pi 14.04.42).

³ Correspondência de Plínio Salgado a Hermes Lins do Albuquerque, 6.8.1942 (APHRC-Pi 42.08.06/1).

apresentada como uma das maiores obras do cristianismo, com grande eco junto à imprensa portuguesa e aos meios intelectuais salazaristas. Outra obra de grande importância é *O conceito cristão de democracia*, que indicava o percurso da reelaboração doutrinária seguida por Salgado para se apresentar como “democrático”, como discutiremos adiante.

Os cuidados de Salgado com a edição dos livros são inúmeros e indicam sua relevância e o papel atribuído a eles no sentido de criar/recriar uma imagem pública em torno de si. Nesse sentido, a publicação da *Vida de Jesus* cumpriu papel particularmente relevante. Sua redação havia sido concluída em maio de 1940, conforme revelado em carta de Salgado a Loureiro Júnior.⁴ Ao seu editor no Brasil, apresentava o livro com destacada grandiloquência: “Como um pai que ama um filho e nele só vê qualidades e belezas, eu estou entusiasmado pelo bem que ele pode trazer a uma geração, a um século que tanto necessita do espírito cristão e desse sentimento de harmonia e de beleza que agoniza numa época de brutalidades e de regresso às formas bárbaras das civilizações antigas”.⁵ Ao mesmo tempo, manifestava suas angústias e dúvidas, qualificando a publicação como uma “grande responsabilidade”:

Ando agora aflito quanto à fatura material do livro. É preciso que seja coisa magnífica! Essas 750 páginas almaço datilografadas, quantas páginas irão dar no formato que V. designa e com um tipo bom para leitura? É preciso que seja um tipo grande, pois do contrário fica uma coisa horrível e massuda. Quer V. mandar dizer-me de quantas páginas vai ficar o volume? Outro problema: o das ilustrações. Como faremos? Tenho aqui uma idéias, mas estou tão longe! Há aqui bons ilustradores, que cobram caro, mas fazem coisas ótimas. É preciso dizer que sobre esse assunto aqui realizam coisas lindíssimas. Há edições aqui primorosas. Acha que devo mandar fazer aqui as ilustrações? Pense em nossa grande responsabilidade, seu Ruy.⁶

Em carta enviada meses depois, através de portador, Salgado enunciava instruções detalhadas visando minimizar os efeitos de possíveis problemas com a censura:

Agora uma coisa importantíssima, que não poderia tratar em correspondência aérea. Lá vai: quero que a distribuição desse livro seja feita rigorosamente, na seguinte ordem: 1º. aos assinantes antecipados; 2º. Às cidades do interior e às encomendas diretas; finalmente, em último lugar, Rio, S. Paulo e as outras capitais. Julgo essa orientação de boa prudência para evitar eventualidades e prejuízos delas inerentes, numa época de tantas injustiças e absurdos.⁷

⁴ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 15.5.1940 (APHRC-FPi 40.05.15-3).

⁵ Correspondência de Plínio Salgado a Ruy Arruda, 24.5.1940 (APHRC- L 40.05.24-4).

⁶ Ibidem.

⁷ Correspondência de Plínio Salgado a Ruy Arruda, 25.9.1940 (APHRC- L 40.09.25-9).

Depois de inúmeras correspondências e diversas instruções enviadas, o livro seria finalmente publicado em 1942. Após algumas dificuldades com a censura, teve autorizada a circulação no Brasil sem restrições:

Em princípios de outubro, o livro começou a ser entregue aos assinantes do Rio. Limitada e cautelosamente, o que não impediu tivesse a distribuição de ser suspensa no mês seguinte, por intervenção da polícia, a pedido do DIP. Devo frisar que não houve apreensão de livros, nem qualquer prisão. A polícia proibiu, apenas, que se fizesse qualquer entrega ou venda até que o DIP julgasse a obra. Uma comissão de cinco funcionários, entre eles o Ernani Fornari, foi incumbida desse julgamento. O livro foi lido e analisado detidamente e a conclusão do exame sobremaneira honrosa para o autor. (...) Entregue ao Diretor do DIP, foi o parecer levado ao Presidente da República, que autorizou aquele a permitir a venda franca. No primeiro sábado de janeiro, a *Vida de Jesus* apareceu nas principais livrarias desta capital. (...) Dentro de pouco tempo, a primeira edição deverá estar esgotada.⁸

Além da circulação comercial, uma política de distribuição gratuita de exemplares foi amplamente executada com o intuito de fortalecer os laços do integralismo com seus possíveis aliados e com as autoridades governamentais:

Entre os primeiros volumes entregues figuraram os que o Alfredo Egydio trouxe para o Presidente Vargas e o Ministro Oswaldo Aranha. De minha parte, mandei entregar o livro ao Ministro Dutra, Generais Góes Monteiro e Mariante, ao Cardeal D. Leme, dias antes de sua morte, ao Núncio Apostólico e vários bispos, ao Padre Leonel Franca e muitos outros sacerdotes, major Felinto Muller, Rosalina Coelho Lisboa, Cassiano Ricardo, juizes do Tribunal de Segurança, oficiais do Exército e da Marinha. Loureiro ofertou um exemplar ao Ministro Marcondes Filho.⁹

O livro foi publicamente elogiado por diversas autoridades religiosas, personalidades políticas, como Góes Monteiro, e escritores, como Cassiano Ricardo. Tais elogios eram incorporados nas edições seguintes do livro e nas demais obras de Salgado, de forma a reforçar sua qualificação como “pensador espiritualista”, que se articulava a um esforço mais amplo empreendido progressivamente por Salgado, à medida em que se aproximava o término da II Guerra Mundial, com vistas a se apresentar como “democrático”.

Logo após a publicação no Brasil, Salgado utilizou os primeiros exemplares recebidos para viabilizar sua publicação também em Portugal, como relatou em carta a Loureiro Júnior:

⁸ Correspondência de Abílio Silva a Plínio Salgado, 1º.2.1943 (APHRC-PiL 01.02.1943/1).

⁹ *Ibidem*.

Os poucos exemplares do meu livro que aqui chegaram têm feito um grande sucesso. Junto envio um exemplar da “Ação” que publicou um capítulo na Semana Santa, assim como algumas notícias sobre o assunto. Essa pequena publicidade despertou o interesse de seis casas editoras e eu, para não dar preferência sendo um hóspede da terra, incumbi o dr. Manoel Murias, diretor do jornal oficial (Diário da Manhã), de escolher o editor. Hoje assinei contrato com a Ática, que em dois meses pretende dar os três mil exemplares para Portugal.¹⁰

Em carta posterior, Salgado apresentava versão diferente, afirmando ter feito a opção por uma editora “neutra”, em detrimento de “meus amigos da Editorial Gama (do integralismo português) e da União Operária (editora católica)”, com o objetivo de atingir uma repercussão maior,¹¹ o que teria sido amplamente alcançado: “Aqui em Portugal, *Vida de Jesus* em um ano teve três edições e agora entra na quarta. O sucesso tanto literário como moral ultrapassou tudo o que vocês podem imaginar em relação a um livro. Todas as grandes figuras das letras, os grandes jornais, o Episcopado unânime, manifestaram-se longa e entusiasticamente”.¹²

Em setembro de 1944, Salgado recebeu carta do General Carmona, presidente português, expressando “os seus muito reconhecidos agradecimentos, com o mais vivo apreço pelo brilhante estudo revelado por V. Excia. nessa excelente obra [*Vida de Jesus*]”.¹³ O livro lhe fora entregue pessoalmente pelo embaixador brasileiro em Portugal, João Neves da Fontoura, que era presença assídua nas conferências de Salgado.¹⁴ O contrato celebrado com a editora, além de atribuir a Salgado o pagamento de 50% dos lucros líquidos com honorários, previa a distribuição gratuita do livro para inúmeras personalidades políticas

¹⁰ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 12.05.43. (APHRC- F 12.05.43).

¹¹ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28).

¹² Ibidem.

¹³ Correspondência da Presidência da República de Portugal a Plínio Salgado, 22.9.1944 (APHRC-L 22.09.44/4).

¹⁴ Ao receber *Vida de Jesus*, Fontoura escreveu a Salgado, agradecendo, e afirmando: “Vou lê-lo com o antigo apreço que consagro ao seu talento literário. Católico como Você, estou certo de que lá encontrarei novos estímulos para a Fé”. Correspondência de João Neves da Fontoura a Plínio Salgado, 25.12.1943 (APHRC-P 25.12.43/2). Hilton discute a relação de Fontoura com Salgado, criticando sua confiança em que Salgado não era agente nazista: “Intransigente em sua defesa do líder integralista, João Neves insistia em que o secretário de Salgado, um homem completamente ‘desonroso e pró-alemão’, seria o motivo dos rumores a respeito de Salgado. (...) Aparentemente nunca se perguntou porque Salgado mantinha ‘um indivíduo completamente desonroso e pró-alemão’, a seu lado, em posto de absoluta confiança”. HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 370. Não deixa de ser curiosa a situação de um Embaixador prestigiando as atividades de um exilado político.

e religiosas.¹⁵ Alguns meses após a publicação, Salgado manifestou seu entusiasmo à sua filha, afirmando que a repercussão de *Vida de Jesus* estava sendo “fantástica”: “o número de cartas recebidas sobe às centenas. De todos os lados se levantam vozes aplaudindo e elogiando a obra e o seu autor. Seu Pai é ‘l’homme du jour’ e a conferência que ele deve proferir a 25 deste despertou tal interesse que chovem, de toda a parte, pedidos de lugares no D. Maria, um dos melhores teatros de Lisboa”.¹⁶

Ao mesmo tempo, a repercussão do livro no Brasil era objeto do maior interesse de Salgado: “Peço a todos vocês que me mandem pormenorizadamente tudo o que disserem aí a respeito do livro. Na minha última carta a V. eu aprovei a oferta que foi feita ao Presidente Getúlio, aos ministros Aranha e Marcondes. A carta que me escreveu o Leonel Franca muito me alegrou, mas como ele promete mais do que isso, não esqueçam de pedir. E o Tristão? Nada disse? Será possível?”.¹⁷ Na sequência da publicação de *Vida de Cristo* no Brasil, Salgado enviou outras quatro obras, que saíram a público no Brasil entre 1945 e 1946: *O conceito cristão de democracia*, *O Rei dos Reis*, *Madrugada do espírito*, e *Processo de formação das cidades brasileiras*. Este último era um livro com pretensões histórico-sociológicas, e foi publicado com o título *Como nasceram as cidades no Brasil*. Ao enviar os livros, Salgado recomendava que “nunca os meus livros devem ser vendidos a preços ínfimos, como material de propaganda, pois isso não só fere os escritos na sua mais íntima dignidade profissional, como tira todo o prestígio das obras em questão”.¹⁸

Entre 1944 e 1946, ainda sob impulso da repercussão de *Vida de Cristo*, Salgado aprofundou seus vínculos com o clero português e com organizações católicas, como a Juventude Independente Católica, a Ação Católica e o Centro Acadêmico da Democracia Cristã, as quais lhe propiciaram proferir inúmeras conferências, com destaque para a conferência *A aliança do Sim e do Não*, proferida no Teatro Maria II, em Lisboa, e a conferência *O conceito cristão de democracia*, em Coimbra, ambas posteriormente publicadas em livro. A primeira tinha como fio condutor a defesa da incompatibilidade entre materialismo e espiritismo, e a segunda fundamentava um peculiar conceito de democracia que depois permitiria que Salgado qualificasse o integralismo como “democrático”.

¹⁵ Cf. Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28).

¹⁶ Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 17.4.1944 (APHRC-F 17.04.44/2).

¹⁷ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 12.05.43. (APHRC- F 12.05.43).

¹⁸ Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28)

A adaptação do integralismo ao contexto do pós-guerra

Em meados de 1943, tornava-se progressivamente evidente a iminência da derrota do nazifascismo na II Guerra Mundial. Portanto, a possibilidade de sobrevivência política do integralismo dependia de sua completa desvinculação política e ideológica em relação ao fascismo. Neste contexto, Salgado empreendeu grande esforço para adaptar seu discurso e construir gradativamente uma interpretação sobre a trajetória do movimento integralista que o apresentasse como “democrático” e “antitotalitário”, ao mesmo tempo em que preparava terreno para a formação de um partido político através do qual interviria na nova ordem política. Uma primeira breve referência a este processo é encontrada em texto de Jarbas Medeiros e Margarida Vieira:

Constata-se, após o término da Segunda Grande Guerra, um esforço doutrinário e político de nosso integralismo em adaptar-se à nova conjuntura neoliberal que então se inaugurava no País. Procura então recuperar o liberalismo, mitigando-o com os princípios autoritários básicos do integralismo, já agora despido de todo seu ritualismo político-partidário e de seu radicalismo doutrinário, de tal forma a se confundir, inextricavelmente, com o autoritarismo secularmente subjacente ao nosso liberalismo e conservadorismo. A essência de nosso integralismo continua, assim, a perdurar até nossos dias, às vezes de forma quase imperceptível, às vezes de forma mais expressiva no campo ideológico comum de nossas classes dirigentes, conforme a eventualidade de fases históricas de maior ou menor repressão política e social.¹⁹

Tal adaptação, no entanto, não ocorre apenas “após o término da Segunda Guerra Mundial”, mas pode ser claramente percebida alguns anos antes. Além disso, o abandono do “radicalismo doutrinário” parece-nos ocorrer mais na forma do que no conteúdo. Marilena Chauí também menciona o processo de adaptação do integralismo, chamando atenção para a existência de um importante elemento de continuidade: “a derrota internacional do nazismo e do fascismo pesa sobre a posição política de Plínio Salgado, o qual, entretanto, jamais abriu mão do ‘ideal salazarista’ para o Brasil. Aliás, a fase de democracia cristã, que sustenta a fase final, é elaborada sobretudo em seu exílio em Portugal”.²⁰ Certamente este processo de adaptação não era exclusividade do integralismo, era, ao

¹⁹ MEDEIROS, Jarbas & VIEIRA, Margarida. As idéias políticas de Plínio Salgado. In: CRIPPA, Adolpho (coord.). *As idéias políticas no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979, p. 139-186., p. 186.

²⁰ CHAUI, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: Moraes, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 27-42, p. 30.

contrário, compreendido inclusive pelo próprio Salazar, em experiência observada de perto por Salgado, como indica o filósofo Leandro Konder:

Terminada a guerra, em 1945, derrotados Hitler e Mussolini, Salazar e Franco puseram-se imediatamente a manobrar no sentido de assegurar a sobrevivência de seus respectivos regimes, aproveitando-se do fato de não se terem envolvido na guerra. Salazar rebatizou seu “Estado Novo” como “democracia orgânica”, dispôs-se a encenar a farsa de eleições políticas no seu país e conseguiu, em 1949, ingressar na OTAN, recebendo ajuda norte-americana de mais de 50 milhões de dólares, então, através do Plano Marshall.²¹

O historiador Manuel Loff demonstra que, para o franquismo e o salazarismo, “o pragmatismo constitui a base ideológica (e moral) de todos os processos sociais (e, portanto, políticos) de adaptação àquilo que a cada momento é percebido como dominante”.²² Sem abandonar seu conteúdo fascista, estes regimes iriam “recorrer ao mais despudorado dos pragmatismos”, e “se comportar como autênticos camaleões políticos se de tal procedimento tiver percebido depender com muita probabilidade sua sobrevivência”.²³ Assim, “o mesmo regime que inscrevera em todos e em cada um de seus diplomas legais fundacionais o adjetivo totalitário negaria desde 1944 que alguma vez o tivesse feito”.²⁴

Este processo foi acompanhado de perto e com muita atenção por Salgado, e não parece casual que o mesmo conceito de “democracia orgânica” tenha sido recorrentemente utilizado por Salgado, como recurso para, tal qual Salazar, apresentar-se como “democrático”. As observações de Loff são importantes também para ressaltar a distinção entre forma e conteúdo, lembrando-nos que deixar de se proclamar fascista, em um contexto onde esta era a única alternativa para a sobrevivência de um regime ou organização política, não implica em efetiva modificação de projeto político; portanto, também no que se refere ao integralismo brasileiro, nada indica que efetivamente tenha havido uma ruptura com a perspectiva fascizante, por mais que se afirmassem veementemente “antifascistas”.

Konder lembra-nos que também outros movimentos fascistas seguiram caminho semelhante, inclusive na Itália e Alemanha: Giorgio Almirante, líder fascista italiano, chegou a afirmar que “o fascismo é um fenômeno histórico que agora se encontra morto e sepultado para sempre. Queremos a democracia”, no mesmo momento em que lançava o neofascista Movimento Social Italiano; enquanto na Alemanha diversos

²¹ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 79.

²² LOFF, Manuel. *O Nosso Século é fascista: o mundo visto por Salazar e Franco (1939-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 905.

²³ *Ibidem*, p. 904.

²⁴ *Ibidem*, p. 904.

fascistas preferiam “renunciar à militância em organizações demasiado presas ao modelo fascista ‘clássico’: muitos deles ingressaram em partidos conservadores ‘respeitáveis’”.²⁵ Konder avalia o sentido desta transformação:

A adesão aos partidos conservadores “respeitáveis” exigia certa metamorfose nos antigos militantes nazistas, que precisaram se adaptar a uma nova perspectiva. (...) No interior dos partidos conservadores “respeitáveis”, por sua vez, os líderes da direita procuram demonstrar aos que não romperam com os velhos ideais fascistas que, modificados os métodos, eles podem contar com uma oposição implacavelmente firme ante o comunismo na defesa dos pontos essenciais do programa básico da reação.²⁶

Para estas lideranças fascistas, pesava fortemente o fato de que “o desgaste sofrido pelo fascio littorio e pela cruz gamada em 1945 desaconselha a exumação de tais símbolos: a gesticulação frenética de Hitler e Mussolini não teria agora a mesma eficácia (...), seus discípulos se empenham por isso na busca de um estilo novo, mais ‘sóbrio’, mais ‘tecnocrático’”.²⁷

No caso brasileiro, o ingresso em um partido conservador “respeitável” não parecia a melhor opção para Salgado, tendo em vista que no interior de um partido burguês tradicional não poderia manter sua posição como “Chefe” dos integralistas, que constituía seu principal capital político, tendo em vista que dezenas de milhares de integralistas mantinham-se fiéis ao juramento de obediência e fidelidade ao “Chefe Nacional”. Assim, para ele, o desafio que se apresentava era, por mais paradoxal que parecesse, apresentar o próprio integralismo como uma doutrina conservadora “respeitável”, tornando-a aceitável para a classe dominante e constituindo-na como instrumento capaz de cumprir uma função particular, fundamentalmente voltada à mobilização anticomunista.

A necessidade de uma adaptação ao novo contexto era sentida também pelos integralistas no Brasil, como se percebe em uma carta enviada por Loureiro Júnior a Salgado, onde o primeiro defendia a necessidade de uma reformulação tática:

Acho que você precisa também “atualizar” o seu integralismo (assim costumamos dizer), não quanto à doutrina no que ela possui de fundamental e básico e que a constitui verdadeiramente. (...) Assim pergunto: o que é fundamental no integralismo? Acho que um princípio define quase tudo: “predomínio do espiritual sobre o material, do social sobre o individual, do nacional sobre o regional”. Que mundo dentro deste conceito! Daí passaremos a outras concepções: personalidade humana e seus corolários – deveres e garantias, supremacia da Nação, a harmonia de todos os

²⁵ KONDER, Leandro. Op. cit., p. 100.

²⁶ Ibidem, p. 100-101.

²⁷ Ibidem, p. 100.

grupos sociais como um imperativo sobrepujando os imperativos de um individualismo anarquizante; democracia, e esta tese leva-nos à seguinte: o integralismo era democracia e pregava como meio de realização da democracia o corporativismo. Pergunto: será este o melhor meio ou não? Respondo: a questão do corporativismo e do sufrágio universal são acidentais; a fundamental é a democracia. Como esta se efetiva é uma questão técnica de juristas e políticos ao passo que a democracia é um tema de filosofia política ligada a outros, como o conceito de personalidade humana²⁸

Uma precondição desta adaptação era desvincular o integralismo dos elementos que estabeleciam de maneira mais evidente sua identificação com os movimentos fascistas, muito especialmente o uso de uniformes, o treinamento paramilitar e o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional. Assim, no primeiro discurso aos integralistas depois de seu retorno do exílio, ao assumir a presidência do PRP, Salgado “devolveu-lhes” o juramento: “Quero, neste instante, em que assumo êste posto político e a fim de abrir as portas a todos os brasileiros, para que se aproximem de mim, sem temor, mas com amor ao Brasil; quero, em todo o território nacional, desligar do juramento que me fizeram aqueles que comigo militaram outrora na Ação Integralista Brasileira”.²⁹ Ao mesmo tempo esforçava-se para reinterpretar o sentido do juramento: “A fase crítica da nacionalidade, que nos exigiu em grave momento a assinatura de um compromisso solene, é fase ultrapassada. (...) Naquela circunstância, gravíssimos eram os riscos de todos nós que nos erguíamos para defender a integridade da Pátria e a sua independência contra as ideologias estrangeiras”.³⁰ O próprio estatuto da Chefia Nacional era reinterpretado e minimizado, como se percebe no discurso inaugural do vereador integralista do Distrito Federal Jayme Ferreira da Silva:

Ao lado da Chefia Nacional do movimento, existiam: um Conselho Nacional, encarregado de orientar e tomar as decisões partidárias mais importantes, a serem executadas pela referida chefia; uma Câmara dos Quarenta, cujo regimento lhe atribuía o direito de análise sobre os atos do Chefe Nacional, podendo aprová-los ou rejeitá-los; uma Câmara dos Quatrocentos composta dos mais destacados correligionários em todo o Território Nacional, colhendo e canalizando informes e sugestões sobre a legislação dos mais variados problemas dos respectivos municípios, regiões ou Estados.³¹

²⁸ Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, s./d. (APHRC-Pi 00.00.44/46). Esta correspondência não datada está arquivada como sendo de 1946, mas acreditamos, pelo seu conteúdo, que é anterior.

²⁹ SALGADO, Plínio. *Discursos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convívium, 12, p. 12. Texto integrante do “Discurso do Teatro Municipal do Rio de Janeiro”, pronunciado em 17.10.1946.

³⁰ *Ibidem*, p. 13.

³¹ SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo*: Discurso Pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, , p. 10.

Esta afirmação omitia o caráter subordinado de todos estes organismos integralistas ao Chefe Nacional e, principalmente, o juramento de fidelidade e obediência incondicional ao Chefe a que todos os integralistas eram obrigados. Seguindo a mesma lógica, Salgado tratou de minimizar também a importância do uso de uniforme, tratando-o como mera “exterioridade” e resignificando completamente sua função, apresentando-o como antítese do uniforme usado pelos nazistas:

É preciso lembrar que, quando o Integralismo surgiu no Brasil, a nossa Pátria estava ameaçada pela infiltração de doutrinas estrangeiras, (...) determinando por parte dos antitotalitários nacionalistas o uso de exterioridades semelhantes para captar, nacionalizar brasileiroamente tais elementos e impedi-los de formar quistos raciais que poderiam ser utilizados pelo imperialismo nazista. (...) O meu argumento para os que me dirigiam perguntas sobre a camisa verde integralista e antitotalitária, era o de que a circunstância de alguém usar licitamente na sua defesa a mesma arma que o adversário emprega no ataque, longe de identificar esse alguém ao adversário, mais o diferencia dele. (...) Os integralistas, pois, que vestiam a camisa-verde em nada diferiam, por exemplo, da Guarda Metropolitana da Inglaterra, que esteve vigilante enquanto aquele país andou ameaçado de invasão alemã.³²

Nesta peculiar interpretação, o uso da “camisa-verde” teria sido uma necessidade imposta pelo “combate ao totalitarismo”, algo pedagogicamente repetido por Salgado em discursos públicos: “Houve um instante histórico em nossa Pátria, que tornou necessário existir uma corrente partidária, a qual, adotando a doutrina espiritualista e cristã de respeito à personalidade humana, da defesa da integridade territorial e moral do Brasil, necessitava assumir formas exteriores específicas, objetivando conjurar ameaças, que também se denunciavam sob formas diferentes das de hoje”.³³ Através desta reinterpretação, Salgado justificava também a não reorganização da milícia integralista, ao mesmo tempo em que tentava legitimar sua existência no passado, considerando que o integralismo, “tendo que combater os totalitarismos, como o nazismo e o fascismo, ou como o comunismo (que então possuía também tropas de choque), usou de processos exteriores semelhantes para melhor combater”.³⁴ Até mesmo a cumplicidade de Getúlio Vargas com o integralismo era arrolada como prova do “caráter democrático” do uniforme integralista: “A maior prova de que a camisa verde, hoje

³² SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*. [Porto Alegre], s./ed., 1945, p. 11 e 13.

³³ Idem. *Discursos*, op. cit. p.107-108. Texto integrante do “Discurso de Niterói”, pronunciado no encerramento de uma convenção partidária em 26.6.1947.

³⁴ Democracia e Totalitarismo: Importante entrevista concedida pelo sr. Plínio Salgado ao *Diário da Noite* de São Paulo. *Idade Nova*, 10.6.1948, p. 5.

inexistente, não era um símbolo do totalitarismo está no fato das duas maiores festividades integralistas de 1937 terem sido honrados com a assistência do sr. Presidente da República.”³⁵

Os argumentos de Salgado foram sistematizados em 1946 através da publicação do livro *O integralismo brasileiro perante a Nação*, que reunia os principais textos da Ação Integralista Brasileira e manifestos enviados do exílio durante o Estado Novo, apresentados como prova do “caráter democrático” do integralismo. A apresentação do livro sintetizava a perspectiva de defesa do movimento integralista, caracterizado como “o mais caluniado dos movimentos de opinião”:

Não é uma simples defesa; é mais: é um testemunho. Não são alegações; são provas. (...). Constitui toda a história do integralismo brasileiro, o mais caluniado, o mais deturpado dos movimentos de opinião, porque os seus inimigos, dispondo de poderosos meios de propaganda, o apresentaram exatamente sob o aspecto daqueles males que ele combatia e combate. (...). Espiritualista e cristão, apontaram-no como um adepto de teorias materialistas e anticristãs. Nacionalista, acusaram-no de ligações com potências estrangeiras. Sedento de justiça social, deram-no como adversário dos trabalhadores. Amigo dos humildes e contando em suas fileiras multidões de pobres e desamparados nos campos e nas cidades, imputaram-lhe um papel reacionário como instrumento de uma burguesia opulenta. Defensor da soberania da Pátria e de sua integridade territorial, injuriaram-no como legião de vendidos aos interesses expansionistas dos inimigos da Nação. Sustentador da igualdade de todas as raças e estrênuo advogado dos direitos dos povos meridionais contra a falsa teoria da superioridade dos povos arianos, caluniaram-no como adepto subserviente dos arautos do preconceito étnico. (...) Cousa assim semelhante só sofreram os primeiros cristãos em Roma, quando eram tidos por envenenadores de fontes, devoradores de crianças e incendiários da capital do Império.³⁶

Nesta publicação, além de atribuir significados improváveis e descontextualizados aos textos publicados entre 1932 e 1945, procedeu-se de forma sistemática a falsificação de documentos. Por exemplo, a publicação do Estatuto da Ação Integralista Brasileira omitia todos os artigos referentes à Chefia Nacional e ao juramento de obediência. Ao apresentar o “Manifesto de Setembro de 1941”, Salgado tenta convencer que a referência ao “perigo para a liberdade dos povos” tentava alertar contra os riscos de vitória nazifascista.³⁷ O apoio à “extinção dos partidos políticos” por parte do Estado Novo, que constava na correspondência originalmente enviada a Raymundo Padilha,³⁸ foi maquiado, passando

³⁵ SALGADO, Plínio. *Discursos*, op. cit., p. 13-14.

³⁶ Idem. *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada, 1946, p. 9-11.

³⁷ Ibidem, p. 142.

³⁸ Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 7.9.1941 (APHRC- Pi 41.09.07-2).

a constar como “extinção dos partidos políticos regionais”, o que se ajustava com a defesa conjuntural do sufrágio universal.

A “reformulação tática” demandava grande esforço discursivo, e um de seus elementos centrais era a produção de uma nova interpretação sobre a trajetória do integralismo nos anos 1930. Seu objetivo era estabelecer uma distinção entre a doutrina integralista e a Ação Integralista Brasileira, apresentando esta última como mera expressão conjuntural assumida pelo integralismo em um determinado momento histórico. Assim, justificava-se que na nova conjuntura a doutrina integralista assumisse uma forma política diversa, com a constituição de um partido integralista voltado à inserção no regime liberal-democrático. Nesta nova versão, a Ação Integralista Brasileira teria sido apenas o “órgão político-social” do Integralismo: “O integralismo manifestou-se na vida brasileira sob três aspectos: 1º) Político-social; 2º) Social-cultural; 3º) Moral-espiritual. O órgão ‘político-social’ do Integralismo foi a Ação Integralista Brasileira, sociedade civil com personalidade jurídica e partido político legalmente registrado”.³⁹ Do “setor social-cultural”, Salgado mencionava “Doutrina e Estudos”, “Assistência”, “Cultura Artística” e “Cultura Cívica e física”, e quanto ao “setor moral-espiritual”, destacava a “revolução interior, isto é, o esforço de aperfeiçoamento de nossas almas”.⁴⁰ No entanto, omitia o fato de que todas estas atividades ocorriam no interior da estrutura da Ação Integralista Brasileira, organizadas através dos Departamentos de Doutrina e Estudos, Assistência, Cultura Artística e Cultura Cívica e Física. A distinção entre AIB e o Integralismo visava apresentar a primeira como fenômeno historicamente superado, ao contrário do segundo, que teria vigência trans-histórica:

O Integralismo é uma coisa e a Ação Integralista Brasileira foi outra coisa. Aquele é uma doutrina, esta foi um partido político e um movimento social. O Integralismo, como doutrina, é a própria Democracia na sua verdadeira acepção cristã. A Ação Integralista, em vez de ser uma doutrina, foi um método, um processo, adequado a determinada circunstância histórica. Desaparecida esta circunstância, não se concebe que persista o método, o processo que lhe é consoante.⁴¹

Esta posição permitia conferir coerência à opção por não refundar a AIB e ao mesmo tempo reivindicar o legado “doutrinário” do Integralismo: “O Integralismo perdura como centro de irradiação cultural e sua permanência decorre das próprias condições históricas da Nação – da

³⁹ SALGADO, Plínio. *Manifesto...*, op. cit., p. 9.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 23.

⁴¹ Entrevista concedida ao *Diário da Noite*. (Original datilografado. (APHRC-FPS 091.004.018). Grifo meu.

permanência dos valores tradicionais que apóiam toda a estrutura ideológica do pensamento integralista”.⁴² Sustentando que “uma doutrina tem caráter estável, permanente, ao passo que um programa, mesmo pretendendo constituir a efetivação prática de uma doutrina, tem caráter mutável”,⁴³ Salgado definia-se como “chefe de uma doutrina”, considerando que “o integralismo não é um partido, é uma doutrina geradora de partidos”.⁴⁴

Em decorrência desta versão, os integralistas sustentaram a tese de que o Partido de Representação Popular teria sido fundado por “não-integralistas”, versão que manteria até que o novo partido se consolidasse: “O PRP não é integralista: Absolutamente, não. O Partido de Representação Popular apresentou um programa dos mais perfeitos ao povo brasileiro. Resolveram dar-lhe seu apoio, elementos que foram integralistas, mas também muito maior número de outros que nunca tiveram qualquer ligação com o integralismo”.⁴⁵ Mesmo depois de seu retorno ao Brasil, quando assumiu a presidência do PRP, Salgado continuou sustentando tratar-se de “um partido, fundado por homens que nunca foram integralistas”.⁴⁶ Em discurso dirigido aos integralistas, Salgado justificava sua nova posição como decorrente da necessária adaptação às “leis universais da história”:

Mudaram as circunstâncias externas. Mudaram as internas. Não é lícito ao homem, apesar do seu livre arbítrio, que lhe dá o poder criador, contrariar as leis universais da história. A nova situação mundial e nacional determinava que se organizasse no Brasil, para salvação da Pátria, um partido que, pondo o seu fundamento nos princípios espiritualistas e cristãos, democráticos e nacionalistas inspiradores daquele movimento ao qual pertencêramos, fosse ao mesmo tempo de maior plasticidade na propaganda eleitoral e pudesse apresentar-se sem exterioridades que poderiam estabelecer confusões e favorecer todas as interpretações doutrinárias dos ignorantes que julgam os homens pelas roupas.⁴⁷

Um aspecto paradoxal desta argumentação é que, embora o PRP fosse apresentado como originalmente constituído por não integralistas, aos integralistas era ordenado que ingressassem neste partido: “todos aqueles que aceitaram o Integralismo não podem deixar de aceitar o PRP de agora em diante. Quando vos perguntarem quais são as idéias e

⁴² O Integralismo e o momento político: Oportunos esclarecimentos prestados pelo sr. Raymundo Padilha. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 13.12.1945, p. 5-6.

⁴³ SALGADO, Plínio. Doutrina e Programa. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.7.1949, p. 1 e 6.

⁴⁴ A posição do fundador do Integralismo face aos grandes problemas nacionais. *Boletim do PRP*, Rio de Janeiro, 7.10.1946, p. 3-4. Grifo meu.

⁴⁵ Desmascarando a intriga *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 18.1.1946, p. 1.

⁴⁶ SALGADO, Plínio. Integralistas e Populistas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.5.1949, p. 1 e 6.

⁴⁷ Idem. Discurso de Niterói In: SALGADO, Plínio. *Discursos*, op. cit., p. 113-114.

objetos do Integralismo, deveis mandar ler o manifesto e o programa do PRP”.⁴⁸ O combate ao comunismo era arrolado como justificativa para a adesão ao partido: “Ingressei nesse Partido para combater convosco a quinta coluna comunista e todos os inimigos do Brasil”.⁴⁹

Anos depois, quando o novo partido já estava consolidado e não havia ameaça de proibição ao seu funcionamento, Salgado modificaria novamente seu discurso, e, em contradição com a distinção que fizera entre PRP e Integralismo, passaria a afirmar que “O PRP é o próprio integralismo. O integralismo é uma doutrina independente, sólida, patriótica, humana e não se inspirou em qualquer movimento totalitário”.⁵⁰ Assim, percebe-se que a distinção anterior atendia a uma necessidade tática, para que o novo partido que se fundava fosse aceito pelas classes dominantes e tivesse sua legalização garantida.

O conceito cristão de democracia

Para além das reinterpretações, omissões e esquecimentos de elementos incômodos da trajetória integralista, era necessário produzir uma reinterpretação global da doutrina que, sem explicitar uma ruptura com o passado, permitisse apresentá-la como “democrática”. Tarefa certamente árdua, e que requereu a utilização de sofistas e mistificações diversas. Em termos gerais, o principal argumento utilizado apresentava a defesa de princípios “espiritualistas” como cabal comprovação do alegado “caráter democrático” do integralismo, omitindo que as postulações “espiritualistas” do integralismo nos anos 1930 jamais conduziram à defesa de posições democráticas nem implicaram na rejeição do fascismo. A reelaboração da doutrina integralista é apresentada de forma sistemática e articulada no livro *O conceito cristão de democracia*. Nesta obra, Salgado sustentava existir um nexos indissolúvel entre “democracia” e “espiritualismo”, por um lado, e entre “materialismo” e “totalitarismo”, por outro:

O que desejamos é que nos digam claramente se havemos de assentar o mundo de amanhã numa concepção materialista ou espiritualista. Não pode haver cooperação nem transigência entre essas duas concepções. (...) Subordinado às leis da matéria (...) o materialismo nega o livre-arbítrio e proclama a irresponsabilidade. Destrói a noção dos deveres sem erigir nítidos e inconfundíveis direitos, pois sendo o direito a consciência do justo, e supondo a idéia do justo a preexistência do poder crítico e optativo, segue-

⁴⁸ Ingressou no PRP o sr. Plínio Salgado. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.10.1946, p. 4 e 5.

⁴⁹ Uma adesão que garante a vitória. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.11.1946, p. 4..

⁵⁰ O PRP é o próprio integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 1 e 2.

se que a inibição desse poder tolhe a concepção das proporcionalidades e dos limites que estabelecem as regras das ações. (...) O materialismo para ser materialista tem de ser determinista. No Universo concebido pelo materialismo nenhuma intervenção é possível. (...) Pretendendo-se libertar o Homem das peias religiosas, nega-se a alma e conseqüentemente o livre-arbítrio; isenta-se a criatura humana da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face de um Deus; mas, proclamando-se a irremovibilidade dos impositivos da natureza, e lançando-se as bases de uma moral científica, subordina-se o Homem à escravidão do determinismo.⁵¹

De acordo com ele, a “democracia cristã”, “a única exequível, vivifica a liberdade dos homens e a autoridade do Estado, fazendo a primeira fundamento da segunda e a segunda condição da primeira. Sua base está em Deus e sua inspiração nos ensinamentos do Evangelho.”⁵² A mesma utilização do espiritualismo como “álibi democrático”, em uma narrativa de continuidade, repetia-se em seu retorno do exílio:

- E as suas idéias políticas?
- Doutrinariamente são as mesmas de sempre: as de afirmação da espiritualidade, as que se baseiam na sobrenaturalidade da vida humana e por conseguinte, as de sustentação dos princípios que constituem o alicerce de uma ordem social verdadeiramente cristã: o respeito à pessoa humana e as suas projeções no espaço e no tempo, que são a Família, a Pátria, a propriedade até o limite traçado pelos ensinamentos da Igreja.⁵³

O mais importante para Salgado era apresentar o integralismo como movimento que se opunha ao totalitarismo, incorporando ainda em 1945 o sentido ideológico do termo em sua acepção liberal-conservadora, cujo objetivo é estabelecer uma aproximação entre fascismo e comunismo. Nesta reelaboração, a posição do movimento integralista seria a seguinte:

Repúdio ao Estado Totalitário, seja o nazista, seja o comunista, ambos baseados no que eles próprios denominam “materialismo histórico”, isto é, o transformismo de Darwin (Luta pela vida e seleção das espécies), que substituiu a condenável “moral utilitária” pela igualmente condenável “moral científico-experimental”, dando origem ao Racismo (luta de raças) e à revolução dialético-marxista (luta de classes), ambas constituindo as faces direita e esquerda de uma só realidade anticristã visando a destruição da personalidade em benefício do nacional-socialismo ou do internacional-socialismo.⁵⁴

⁵¹ SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia*. Coimbra: Edição Estudos, 1945, p. 21, 25, 26 e 31.

⁵² *Ibidem*, p. 6.

⁵³ Como cristãos e antitotalitários nossa posição está tomada: Declara à reportagem o sr. Plínio Salgado *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 1.9.1946, p. 1-2.

⁵⁴ SALGADO, Plínio. *Manifesto-Diretiva...*, op. cit., p. 8.

Com base nessa definição, todos os eventos que constituíram a trajetória integralista eram apresentados como evidência de sua posição “antitotalitária”, até mesmo seu Manifesto de maio de 1939, em apoio à ditadura varguista: “O manifesto foi publicado em todos os jornais por ordem do Governo e com o vocativo inicial de ‘Integralistas’. Só um louco não verá nesse documento a alusão clara que faço ao perigo do totalitarismo, não me sendo permitido dizer explicitamente porque seria antecipar a atitude do Brasil e da própria América, alertando os adversários”.⁵⁵ Um obstáculo evidente para esta reinterpretação eram as inúmeras proclamações dos anos 1930 onde o termo “totalitarismo” assumia conotação positiva, que evidentemente tornavam-se incômodas no novo contexto e eram lembradas pelos adversários dos integralistas. A resposta demandava, uma vez mais, grande esforço discursivo: “Nada há de tão contrário ao totalitarismo de Estado que a concepção totalitária de Universo: porque nesta as leis do Espírito fixam limites às leis da matéria, e estabelecendo os fundamentos da liberdade humana, preservam-nas da arbitrária interferência do Estado quando este pretende ultrapassar as suas legítimas fronteiras”.⁵⁶ Assim, transformava-se “concepção totalitária” em garantia de liberdade. Consequentemente, o integralismo seria então... o maior adversário do fascismo: “O Fascismo é o Estado Totalitário e o Integralismo não aceita a doutrina do Estado Totalitário. O erro vem da confusão lamentável de que o Fascismo tem uma concepção totalitária de Estado, enquanto o Integralismo tem uma concepção totalitária do Universo, adotando, portanto, uma concepção totalista”.⁵⁷

Uma carta enviada a Salgado por um dos principais líderes integralistas, Nestor Rodrigues, em 1940, em uma conjuntura de ofensiva nazifascista, comprova que naquele momento esta oposição não fazia qualquer sentido aos integralistas. Mostrando-se satisfeito com o “ressurgir de uma Nova Era”, Rodrigues saudava o surgimento da “Nova Ordem”:

Eu, pela minha parte estou satisfeito com tudo isso que está se desenrolando pelo mundo. Os governos baseados em uma política de mentiras e mistificações tinham mesmo de ter esse fim que vão tendo. A época é outra e o tempo vai se encarregando de sepultar o que está podre e decomposto, surgindo uma nova ordem de coisas para o aperfeiçoamento moral e espiritual da humanidade que estava abocada à corrupção e ao desvario. Novos governos surgirão com uma nova orientação, moral, política, econômica e social. Creio nessa transformação, como creio em melhores

⁵⁶ SALGADO, Plínio. *Manifesto-Diretiva...*, op. cit., p. 21.

⁵⁶ Idem. Discurso de Niterói. In: SALGADO, Plínio. *Discursos*, op. cit., p. 115.

⁵⁷ SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo*, op. cit., p. 14..

dias purificados pelo sangue que hoje corre neste velho Continente europeu.⁵⁸

Permanecia incontornável para Salgado, no entanto, o problema da democracia, pois a despeito de todas as proclamações antidemocráticas do passado, era necessário agora reivindicá-la. O objetivo era reivindicar o termo, sem assumir seus conteúdos correntes, pelo que principiava demarcando a especificidade de sua apreensão: “Democracia, considerada como autodeterminação de indivíduos e de povos, sem prefixação de princípios e de regras de conduta, é o regime que atenta contra os direitos humanos, porque desarma o Estado em face de todos os erros e loucuras”.⁵⁹ Em oposição a esta “forma deletéria”, propunha a defesa de uma “democracia cristã”, argumentando que “decidir pelo espiritualismo é a única atitude eficiente de manutenção das formas democráticas verdadeiras; mas esta decisão exige deveres entre os quais o maior de todos é a coragem de dizer com todas as letras do alfabeto, tudo aquilo que não permitimos, em hipótese alguma, que se institua, sendo mau, ou se rejeite, sendo bom”. Disto podia concluir que “a democracia, para nós, cristãos, há de ser, antes de tudo, uma declaração de princípios cristãos”.⁶⁰ Assim, só seriam “democráticas” as decisões que se conformassem aos proclamados “preceitos cristãos”: “Só os loucos e os perversos poderão aceitar uma democracia que não sabe para onde vai, nem o que quer, e que tudo aceita desde que assim decida a insensatez das massas”.⁶¹ Desta forma, Salgado concluía que uma “democracia cristã” “poderá e deverá considerar extremistas aqueles que atentarem contra o conceito do homem em que ela se baseia”.⁶² A promulgação da Constituição Federal em nome de Deus legitimaria a proibição e repressão de qualquer pronunciamento contrário à concepção de “democracia cristã” proposta: “No Brasil, temos uma Constituição promulgada em nome de Deus; logicamente se infere que o regime em que vivemos adota uma concepção espiritualista do mundo. É Deus a base das nossas instituições. Por conseguinte, a ninguém é permitido, a menos que se fira de morte a nossa Democracia, pugnar pela implantação de um regime baseado no materialismo”.⁶³ As “verdades reveladas” do cristianismo se equiparariam a verdades matemáticas: “Se realizarmos um plebiscito pedindo um pronunciamento da vontade geral sobre o quadrado da hipotenusa, este não deixará de ser a soma do quadrado

⁵⁸ Correspondência de Nestor Rodrigues a Plínio Salgado, 19.6.1940. (APHRC-. Pi 40.06.19-2).

⁵⁹ SALGADO, Plínio. *O conceito...*, op. cit., p. 113-114.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 114.

⁶¹ *Ibidem*, p. 116.

⁶² *Idem*. *Extremismo e Democracia*. São Paulo: Guarumby, s.d., p. 26.

⁶³ *Ibidem*, p. 28-29.

dos catetos, ainda que um só homem, um geômetra, fique sozinho contra o peso da opinião pública”.⁶⁴ Disto decorria a tese de que “educar um povo é repetir-lhe mil vezes aqueles princípios ‘certos’, aqueles princípios ‘imutáveis’ que constituem a base da moralidade de uma Pátria”,⁶⁵ pois o fundamento da “democracia” seria “o sentido da idéia nela contida”,⁶⁶ o qual determinaria um conjunto de “bases da democracia” que não poderia ser questionado, independentemente da vontade majoritária dos eleitores:

Os verdadeiros princípios da Democracia têm de ser fundamentalmente cristãos. Entre a lei do instinto e a lei de Deus, os democratas sinceros adotarão esta. É a lei que procede da fé num Criador do Universo e na imortalidade da alma humana e que sustenta a liberdade do homem como prerrogativa do seu espírito. Temos, assim, como bases da Democracia, 1º) a pessoa humana intangível; 2º) os grupos naturais que dela procedem e dos quais o primeiro é a Família; 3º) a propriedade justa, isto é, aquela que não ultrapassa os limites do bem alheio ou comum. (...) Em suma: democracia só pode existir com a lei de Deus, que fez o homem livre e responsável. Fora disso, é tudo fantasia, é tudo engodo, a iludir multidões inconscientes com a música das palavras sonoras e vazias de sentido.⁶⁷

A oposição dos integralistas à soberania popular fundamentava-se na desqualificação das massas populares.⁶⁸ Para isto, estabeleciam uma oposição entre as “massas”, tidas como incapazes, e o “povo”, constituído pelos indivíduos “conscientes” e “capazes”: “Povo é a reunião de indivíduos emancipados ou que jamais se submeteram ao aniquilamento de sua liberdade, massa, pelo contrário, é o povo que se deixa escravizar, submetendo-se previamente a um processo de narcotização”.⁶⁹ Para reforçar esta distinção, Salgado citava a afirmação do Papa Pio XII de que “povo e multidão amorfa, ou como se costuma dizer ‘massa’, são dois conceitos diversos. O povo vive e se move com vida própria; a massa é, por si mesma, inerte e não pode receber movimento senão de fora”, concluindo que “entregar a decisão de questões gravíssimas às multidões naturalmente ignorantes e apaixonadas” seria o mesmo que “entregá-las ao acaso e correr voluntariamente para o abismo”.⁷⁰ Para o integralista Luis Compagnoni, “a

⁶⁴ SALGADO, *O conceito...* op. cit., p. 95.

⁶⁵ Idem. O maior dos problemas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 9.2.1950, p. 1 e 6.

⁶⁶ Idem. *O ritmo da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949, p. 114.

⁶⁷ Ibidem, p. 116 e 118.

⁶⁸ Esta posição é comum aos diversos fascismos. Como lembra Wilhelm Reich, “Hitler insistiu incansavelmente em que devemos nos dirigir às massas não com argumentos, provas e conhecimento, mas por meio de sentimentos e crenças”. REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 78.

⁶⁹ Definindo o sentido da política do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 2.

⁷⁰ Apud SALGADO, *O conceito...*, op. cit., p. 159 e 160. Esta manifestação papal deve nos lembrar que não existe nenhum nexos necessário entre espiritualismo e defesa da democracia.

massa é por si inerte e inconsciente; só se move sob a influência de fatores que lhe são estranhos. O povo, porém, vive e move-se por via própria; é um conjunto de homens esclarecidos, conscientes de sua personalidade, de suas convicções e de seus direitos”.⁷¹ A expressão da vontade das massas levaria à negação da “verdadeira democracia”: “As multidões mecanizadas pelos hábitos da preguiça mental longamente estimulada pelos processos deformadores das historietas em quadrinhos, dos títulos berrantes das gazetas, movem-se ao sabor do rádio e dos cartazes, produzindo a panacéia antidemocrática e despótica dos votos das massas, que guindam ao poder os tipos mais semelhantes e conformes à sua mentalidade ignara”.⁷² Salgado chegou a propor uma particular uma “psicologia” da massa: “A massa move-se. Sem consciência. Sem destino. Sem autodireção. Inteligência e Vontade, eis os dois termos que não podem existir na Massa. Porque são incompatíveis com ela. (...). O traço fundamental da sua psicologia é a preguiça”.⁷³

É importante observar que a tese de que as massas eram incapazes para o exercício da democracia era assumida também por outros agentes políticos tidos como “liberais”. Conforme João Almino, tanto no PSD como na UDN, “a idéia de soberania popular vem associada à incapacidade de o povo ser soberano, seja por não estar ainda suficientemente amadurecido, seja em razão do próprio ‘temperamento brasileiro’, como dirão alguns representantes do PSD”.⁷⁴ Assim, os integralistas extremavam uma argumentação utilizada também pelos grupos políticos dominantes, os quais, de acordo com João Almino, baseavam sua ação política na construção de um “outro”, cujos componentes “são seres que, mesmo tendo existência social, são extra-sociais e anti-sociais; mesmo sendo parte do povo, não são o povo e são contra o povo”.⁷⁵ Como nos lembra Octávio Ianni, naquele contexto “são muitos os círculos governamentais nos quais se acredita, ou insinua, que o povo e o cidadão precisam ser protegidos inclusive de si mesmos”.⁷⁶

Salgado consolidava sua interpretação sustentando que “a democracia, portanto, considerada como meio da multidão vulgar a idoneidade de regimes, constituições, códigos e leis, não tem autoridade nem filosófica, nem científica, nem técnica. É processo de violência e

⁷¹ O oportunismo político solapando todos os setores da vida nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 26.6.1947, p. 5-6.

⁷² SALGADO, Plínio. Autoridade e responsabilidade. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 3.6.1948, p. 1 e 6.

⁷³ Idem. *Espírito da burguesia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [1949?], p. 108-109 e 127.

⁷⁴ ALMINO, João. *Os democratas autoritários*. Liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 230-231.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 308.

⁷⁶ IANNI, Octávio. *O ciclo das revoluções burguesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 37.

origem das tiranias”.⁷⁷ Este “processo de violência” constituiria ameaça para as verdades cristãs e, portanto, para a “verdadeira democracia”. A democracia fundada no sufrágio universal seria irremediavelmente comprometida pelo “baixíssimo nível intelectual e capacidade de discernimento dos rebanhos eleitorais”, que “não sabem absolutamente nada”,⁷⁸ e pela atitude dos políticos “preocupados em cortejar as massas em vez de dirigir as massas no caminho da sua felicidade”.⁷⁹

Os princípios da “democracia cristã” incluiriam explicitamente também o “direito de propriedade” e a distinção entre as classes sociais:

A Democracia Cristã, precisamente porque se chama cristã, deve apoiar-se sobre os princípios postos pela fé divina, provendo aos interesses dos pequenos, de modo que encaminhe para a perfeição as almas criadas para gozar bens eternos. Importa, por consequência, que nada lhe seja mais sagrado do que a justiça que prescreve a *manutenção integral do direito de propriedade e de posse*; que defenda a *distinção de classes* que sem contradição são próprias de um Estado bem constituído; enfim, que queira dar à comunidade humana uma forma e um caráter conforme àqueles que o Deus Criador estabeleceu conforme declarou o Papa Leão XIII na sua carta encíclica “Graves de Communi”.⁸⁰

O recurso ao “conceito cristão de democracia” era utilizado permanentemente para justificar a imposição de restrições à prática democrática:

Ou a democracia se proclama abertamente espiritualista e cristã e, nesse caso, pode outorgar todas as liberdades aos cidadãos, *menos a de se utilizar dessas liberdades para implantar regimes que contrariem aqueles seus princípios fundamentais, e nem por isso deixará de ser democracia*; ou então se declara agnóstica e, nesse caso, terá de permitir a propaganda de todas as idéias e o exercício de todas as atividades tendentes às transformações políticas de todas as naturezas e feitos.⁸¹

⁷⁷ SALGADO, Plínio. *O conceito...*, op. cit., p. 96.

⁷⁸ Idem. Depois das eleições. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.11.1950, p. 1.

⁷⁹ Lançamento da Campanha Municipalista. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.9.1948, p. 1 e 7. Grifo meu. Observe-se que através desta argumentação o integralismo, embora dizendo-se “democrático”, distanciava-se da premissa de igualdade formal que caracteriza a democracia capitalista, mantendo-se, mais uma vez, em posição muito próxima ao salazarismo. Como lembra Ellen Wood, “na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo”. WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 184.

⁸⁰ LIMA, Evandro. A democracia cristã. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1953, p. 3. Grifos meus.

⁸¹ SALGADO, *O conceito...*, op. cit., p. 101. Grifo meu.

Salgado concluía de forma muito explícita afirmando que “para organizar um regime democrático, é preciso preliminarmente a Fé em Deus, pois sem Deus não há democracia, e quem não acredita em Deus não pode falar em democracia”.⁸²

Em termos gerais, a reelaboração doutrinária evidencia uma utilização arbitrária e unilateral do termo “democracia”, mantendo-se inalterados todos os pressupostos excludentes, elitistas e antipopulares que definiram o ideário integralista desde a constituição do movimento. Afirmarem-se democráticos e antitotalitários não implicava em reconhecer a soberania popular, em admitir a existência de processos de livre debate e discussão nem aceitar o direito de organização e manifestação de seus adversários políticos. Para Salgado e os integralistas, a apropriação do termo democracia, em uma dimensão e sentido muito particulares, respondia a uma necessidade de sobrevivência política e portanto constituía mero recurso tático, não implicando em transformação efetiva de seu projeto político nem real ruptura com a perspectiva fascista que sempre o identificou.

⁸² SALGADO, Plínio. Cristo nas Assembléias. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.5.1948, p. 2. Grifo meu.